



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-Eixo: Ênfase em Envelhecimento.

ENVELHECIMENTO: O IDOSO COMO SUJEITO DE DIREITOS

Fernanda Sofieti Netto¹

Resumo: As reflexões aqui expostas têm por objetivo apresentar um panorama sobre o envelhecimento populacional no Brasil, algumas das principais políticas públicas e um dos projetos voltados para a população idosa realizado na Universidade Aberta da Terceira Idade, dentro da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Envelhecimento, Políticas Públicas, UnATI.

Abstract: The reflections presented here aim to present an overview of the aging population in Brazil, some of the main public policies and one of the projects focused on the elderly population held at an Open University of the Third Age within the State University of Rio de Janeiro.

Keywords: Aging, Public Policies, UnATI.

Introdução

O presente artigo representa uma pequena parte, com algumas adaptações, do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), apresentado no ano de 2015, em relação à minha experiência como estagiária em um dos projetos da Universidade Aberta da Terceira Idade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UnATI/UERJ), conhecido por Sons e Imagens.

Durante o referido período, as alunas afirmavam ficar muito entusiasmadas com as atividades, demonstrando elevado interesse pelos acontecimentos sociais, pela questão dos direitos e por ampliar seus vínculos de afetividade. Assim, com o estímulo dessas reflexões, buscou-se entender quais os rebatimentos que a participação nesse tipo de atividade proporcionava às alunas.

Nesse sentido, o isolamento dos idosos tem sido uma preocupação presente na área da geriatria/gerontologia e bastante recorrente na literatura do campo. Palma (2000, *apud* LOBATO, 2011), em seus estudos, demonstra que a criação de programas voltados para idosos na universidade traz benefícios à vida dos alunos e possibilita a criação de vínculos.

Atentando-se para esse fato, reconhecemos a importância de o idoso participar de atividades que o faça sentir-se útil, por isso é fundamental que tais atividades lhe proporcionem satisfação, prazer e felicidade e que contribua de alguma maneira para evitar o isolamento social, como é o caso de muitas mulheres que vivem sozinhas após a perda

¹ Profissional de Serviço Social, Instituto Nacional do Câncer. E-mail: fe.sofieti@gmail.com.

dos maridos. A sociabilidade colabora de forma significativa para qualidade de vida² dos indivíduos.

Aspectos do envelhecimento

O envelhecimento da população é um fenômeno mundial, porém, manifesta-se de forma diferenciada nos países considerados desenvolvidos e em desenvolvimento. Nos primeiros, se deu de forma lenta e progressiva, como ressalta Veras (2003), no decorrer de mais de 100 anos. Já nos países do outro bloco, houve um aumento muito rápido do número de adultos e idosos, principalmente a partir da década de 1960, modificando fundamentalmente a pirâmide populacional.

De acordo com Berzins (2003), a queda das taxas de natalidade e fecundidade impactou o aumento da expectativa de vida. Além disso, estudiosos acreditam que houve influência das grandes descobertas médicas (vacinas e antibióticos, por exemplo) e melhoria nos padrões de alimentação, higiene e moradia.

É importante frisar que geralmente nos países desenvolvidos é considerado idoso quem tem 65 anos ou mais, enquanto nos países em desenvolvimento são assim classificados os que possuem a partir de 60 anos (BERZINS, 2003). Apesar de não ter uma definição imposta em relação à idade, a Organização das Nações Unidas (ONU)³ considera que o indivíduo que tenha 60 anos ou mais de idade é considerado idoso. No Brasil, o Estatuto do Idoso (2003) assegura os direitos aos que têm 60 anos ou mais. No entanto, para ter acesso a outros direitos e benefícios, é necessário que se tenha pelo menos 65 anos.

No ano de 2017, existiam mais de 30,2 milhões de idosos no Brasil, conforme os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua – Características dos Moradores e Domicílios, divulgada em 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁴. Na época em que o TCC foi apresentado, a Pnad utilizada foi referente ao ano de 2011, afirmando que no país existiam aproximadamente 23,6 milhões de indivíduos com 60 anos ou mais de idade.

² WHO defines Quality of Life as individual's perception of their position in life in the context of the culture and value systems in which they live and in relation to their goals, expectations, standards and concerns. It is a broad ranging concept affected in a complex way by the person's physical health, psychological state, level of independence, social relationships, personal beliefs and their relationship to salient features of their environment (WHO, 1997, p. 1).

³ Disponível em: <<https://www.who.int/healthinfo/survey/ageingdefnolder/en/>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

⁴ Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

Vale ressaltar que, em vários estudos, as mulheres vivem mais do que os homens. Segundo Berzins (2003), os motivos podem ser o consumo diferenciado de álcool e tabaco, a maior preocupação delas com a saúde e a proteção natural do hormônio estrógeno. Além disso, existe a exposição diferenciada aos riscos de homicídio e acidentes de trabalho.

Cabe enfatizar que o fato de viverem mais não significa que vivam melhor. Ao longo de suas vidas, as mulheres são mais propensas a serem vítimas da violência doméstica e familiar e discriminação – inclusive no trabalho, ao receberem um salário inferior para exercerem a mesma função que um homem, por exemplo.

Veras (2003) afirma ainda que as mulheres têm uma tendência maior a viverem sozinhas quando estão idosas, pois, como foi dito, elas vivem mais e não costumam estabelecer novas relações conjugais.

Devido à sobremortalidade masculina entre os idosos, nas idades mais avançadas há mais mulheres do que homens na população, tornando menores as probabilidades de casamentos das mulheres mais idosas em relação às dos homens. [...] Os homens se unem mais tarde que as mulheres e são eles que mantêm as mais altas taxas de nupcialidade legal nas idades mais avançadas (IBGE, 2012).

A maioria das alunas do projeto Sons e Imagens era viúva e recebeu o apoio da família para que participasse dos projetos oferecidos pela UnATI/UERJ, como forma de fazer novas amizades, evitando assim a depressão e o isolamento.

Estado e políticas públicas para a população idosa

Ao revisitar o campo de estudos das políticas sociais, com o intuito de caracterizar as políticas voltadas para o público idoso, observa-se que muitos autores reproduzem uma visão mecanicista. Ora acreditam que as políticas sociais surgiram espontaneamente da luta da classe trabalhadora e movimentos sociais, tendendo a superestimar o alcance destas e, por conseguinte, subestimar as estratégias criadas pelo Estado para amenizar a questão social e suas expressões referentes ao embate capital *versus* trabalho; ora consideram que elas são maneiras de enfraquecer as lutas, fragmentar os benefícios e associá-los com a privatização e filantropia, fazendo com que haja padrões diferenciados, nos quais as classes dominantes e o Estado tentam lidar com a questão social através de um discurso conservador e paternalista.

Behring e Boschetti (2011) problematizam que é preciso ampliar essa análise, que não considera o Estado e as políticas sociais como arena de luta de classes e na qual

“predomina uma visão do Estado como esfera pacífica, desprovido de interesses e luta de classe” (ibidem, 2011, p. 37). As análises citadas acima

[...] são insuficientes e unilaterais porque não exploram suficientemente, as contradições inerentes aos processos sociais e, em consequência, não reconhecem que as políticas sociais podem ser centrais na agenda de lutas dos trabalhadores e no cotidiano de suas vidas, quando conseguem garantir ganhos para os trabalhadores e impor limites aos ganhos do capital (ibidem, p. 37).

Sendo assim, é necessário estudar e entender a relação do Estado com os interesses das classes e observar os múltiplos fatores envolvidos nesta dialética, para que as políticas sociais não sejam avaliadas em uma perspectiva unilateral.

No campo das políticas públicas para os idosos, devemos explicitar duas de grande importância: a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/94) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03). No artigo 1º, a Política Nacional do Idoso (PNI) apresenta como objetivo “assegurar os direitos sociais do idoso, criando condições para promover sua autonomia, integração e participação efetiva na sociedade”. Entretanto, o artigo 3º assemelha-se ao artigo 230 da Constituição Federal de 1988, no qual o Estado divide a responsabilidade desses objetivos primeiramente com a família, acompanhada da sociedade, e, por fim, com o Estado.

Teixeira (2008) faz duras críticas à PNI, pois a lei iguala todos os idosos, escondendo as desigualdades sociais. Apesar de a política ser de caráter universal, ela foca os trabalhadores, os que não estão institucionalizados, ou seja, os que se enquadram no envelhecimento ativo, autônomo, produtivo, a chamada “terceira idade”. Isso é possível por conta das “modalidades de prestação de serviços sociais que envolvem as instituições privadas, nas várias áreas de proteção social” (ibidem, p. 266). A PNI, além de regular as iniciativas públicas e privadas, no que se refere à proteção do idoso, criou mecanismos para uniformizá-las, legalizá-las e incentivar a executar as políticas.

Apesar das reflexões e críticas apontadas, é preciso demarcar que a PNI foi a primeira política pública voltada somente para esse segmento, sugerindo haver um reconhecimento das lutas sociais em prol dos idosos. No entanto, como veremos, é o Estatuto do Idoso que traz inovações em relação à PNI, inclusive ao que se refere ao Estado, que se mostra como garantidor de direitos, como pode ser observado no artigo 9º: “É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”.

O Estatuto do Idoso garante os direitos da população considerada idosa, instituindo, inclusive, uma visão mais ampla de cidadania, na qual seus usuários se vejam como sujeitos de direitos.

Tanto a Política Nacional do Idoso, em seu artigo 10, como o Estatuto do Idoso, no capítulo V, dizem respeito à educação aos maiores de 60 anos. Além de assegurarem o acesso à educação, estimulam a abertura de programas educacionais, incluindo a adaptação dos currículos e metodologias.

Frequentemente, ao se referir à população idosa, é usado o termo “terceira idade”. Alguns autores dizem que o conceito surgiu na França, no final dos anos 1960, para representar idosos que se aposentavam e envelheciam de forma ativa, associada ao lazer e à satisfação consigo mesmos (LIMA, 2001), ultrapassando colocações preconceituosas que ocorriam com o idoso ao se aposentar, como a decadência material e emocional. Teixeira (2008) ainda acrescenta que esse termo, criado pelo gerontólogo francês Huet e popularizado com a criação das UnATIs na década de 1970, possui um sentido de aparente liberdade em relação às tradicionais compreensões acerca da velhice.

Essa “terceira idade” feliz, como é anunciada pelos programas bem-sucedidos, não envolve **todos** os estratos da sociedade. Nos países em desenvolvimento, em especial no Brasil, onde o nível de escolaridade ainda é baixo e as desigualdades sociais, econômicas e regionais são acentuadas, é evidente que uma parcela significativa da população mais idosa não usufrui dessa fase da “melhor idade”, afinal, com a crise no mercado de trabalho, a renda do idoso acaba sendo o complemento da renda familiar, não sendo raro constituir-se como a única renda.

O que são as UnATIs

As Universidades Abertas da Terceira Idade (UnATIs), como o nome já diz, têm seu trabalho direcionado aos idosos e funcionam sobre o tripé ensino, pesquisa e extensão. Os programas dessas universidades visam a contribuir para que os idosos criem outras relações sociais e aumentem seus conhecimentos através de novas informações. As ações educativas atualizam culturalmente os idosos, podendo fazer com que eles reflitam sobre as situações do cotidiano e posicionem-se diante delas, podendo assim reformular os tradicionais padrões da velhice (VERAS; CALDAS, 2004).

Essas universidades trabalham com a ideia de que a educação não deve ter um tempo predeterminado, pelo contrário, deve ser permanente. Justamente por vivermos em um mundo globalizado, onde a troca de informações é cada vez mais rápida, os idosos

mostram que estão interessados em ter novas experiências e em adquirir novos conhecimentos. Sendo assim, a educação é vista como um instrumento de valorização das pessoas e de transformação (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SCORTEGAGNA, 2011).

[...] a educação permanente visa a uma educação rearranjada, refletida e integrada no seu todo. Ela sustenta a ideia de um controle de todos os recursos educativos possíveis de uma sociedade e de sua execução. Gadotti (1984, p.69, apud Oliveira, Oliveira e Scortegagna, 2011, p. 111).

Desse modo, entendemos que a educação possibilita a maior interação dos sujeitos na sociedade, a manutenção da autonomia e a melhoria em suas relações interpessoais.

Em agosto de 1993, a UnATI/UERJ disponibilizou diversas atividades para a população idosa, constituindo-se formalmente como um programa ligado ao Instituto de Medicina Social, sendo considerado “um dos mais avançados experimentos de uma microuniversidade temática” (VERAS; CALDAS, 2004, p. 44). Lobato (2011) afirma que a UnATI/UERJ foi a primeira de caráter público, em nível estadual. As atividades são realizadas principalmente dentro da universidade e contam com professores, estagiários e bolsistas de extensão no comando das aulas.

Sobre o termo “microuniversidade temática”, Lima (2001) aponta que seria uma superação em relação aos centros de convivência, pois havia dúvida acerca da identidade da UnATI/UERJ. Os centros de convivência seguem o modelo do Serviço Social do Comércio (Sesc), que realizam atividades voltadas à ocupação do tempo livre, com a proposta de “socioterapia”, visando ao “desenvolvimento da personalidade individual, sem que isso seja feito através de reflexões teóricas e sem um compromisso com a ‘qualidade’ acadêmica” (ibidem, p. 64), aproximando, assim, do assistencialismo.

O Projeto Sons e Imagens

O projeto Sons e Imagens⁵ fazia parte de um dos programas da UnATI/UERJ e tinha como principal objetivo investir na sociabilidade dos idosos, fazendo com que eles conhecessem seus direitos e refletissem sobre a sociedade em que viviam. Propiciava não somente novos conhecimentos, mas também a valorização da troca de saberes entre as gerações.

Segundo Assis (1998),

Para que haja inclusão, é preciso desenvolver um olhar que considere o papel do idoso na sociedade, sua história pessoal, sua vivência de trabalho, suas relações sociais, gostos, habilidades e interesses, traduzindo em ações o que pode ser feito

⁵ As atividades eram realizadas uma vez por semana, no turno da tarde.

para favorecer seu potencial de crescimento e realização, o que pode ou não ser mudado, o que contribui para o seu bem-estar e dignidade (ASSIS, 1998 *apud* VERAS; CALDAS, 2004, p. 19).

A metodologia respeitava o Estatuto do Idoso (2003), adequando as atividades para que elas pudessem ter um alto nível de aproveitamento. Todos os meses eram definidas atividades que se articulavam com o contexto mais geral. Exemplificando esse aspecto, podemos citar o mês de junho, quando ocorrem as tradicionais festas juninas. Analisávamos as letras das músicas, debatíamos sobre as regiões Norte e Nordeste, onde essas festas parecem ter um peso maior, e inclusive já encerramos o semestre com um almoço na Feira de Tradições Nordestinas.

Apesar de as atividades já serem definidas pela coordenadora, as estagiárias, buscando uma maior integração com a turma, dialogavam de forma horizontalizada e perguntavam se todas estavam de acordo com a grade. Caso não estivessem, sugestões eram sempre bem-vindas e seriam levadas à coordenadora dos projetos de extensão. Na grade das atividades havia visitas a centros culturais e parques, exibição de filmes e documentários e ministração de palestras por profissionais da área da saúde. No final de cada atividade, era realizado um debate, que visava a troca de informações, respostas para dúvidas e reflexões.

Desse modo, vemos que o projeto “Sons e Imagens” propunha-se a promover a participação do idoso na sociedade como sujeito de direitos, investindo em sua sociabilidade por meio da cultura e do lazer, propiciando um espaço de reflexão e convívio inter e intrageracional, fomentando trocas enriquecedoras entre todas, tendo por base o respeito mútuo.

Considerações finais

Ao explorarmos os objetivos das UnATIs, reconhecemos que se trata de uma proposta extremamente importante para os idosos, que encontram nesses espaços uma oportunidade de socialização, obtenção de novos conhecimentos e, de fato, maiores possibilidades de participação social.

Identificamos o quanto a participação das idosas no projeto “Sons e Imagens” proporcionou alterações significativas em suas vidas. Constantemente ela verbalizavam o prazer de participar das atividades, de poder contribuir com suas experiências de vida, a união e companheirismo da turma que iam para além da sala de aula, a satisfação dos familiares por verem que continuavam ativas e buscando novos projetos de vida.

Desse modo, é evidente a importância do Estado em garantir direitos à população idosa e fomentar a criação de programas que tenham como objetivo ofertar diferentes atividades que priorizem o bem-estar, a socialização e o constante aprendizado dessa parcela da população cada vez maior na sociedade.

Referências

Agência IBGE Notícias. **Número de idosos cresce 18% em 5 anos e ultrapassa 30 milhões em 2017**. Pnad Contínua. 26 abr. 2018. Disponível em:

<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20980-numero-de-idosos-cresce-18-em-5-anos-e-ultrapassa-30-milhoes-em-2017>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

ASSIS, Mônica. *Aspectos sociais do envelhecimento*. In: CALDAS, C. P. *A saúde do idoso: a arte de cuidar*. Rio de Janeiro: ESUERJ, 1998 *apud* VERAS, R. P.; CALDAS, C.P. UnATI – UERJ – 10 anos um modelo de cuidado integral para a população que envelhece. / Renato Veras, Célia Caldas. – Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2004.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. – São Paulo: Cortez, 2011. – (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

BERZINS, M. A. V. da S. **Envelhecimento populacional: uma conquista para ser celebrada**. Revista Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XXIV, nº 75, Edição Especial (Coleção Velhice e Envelhecimento), 2003, p.19-34.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 abr. 2019.

_____. **Lei nº 10.741/03**. Estatuto do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 18 abr. 2019.

_____. **Lei nº 8.842/94**. Política Nacional do Idoso. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em 18 abr. 2019.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas do Registro Civil - 2012**. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2012/rc2012.pdf>. Acesso em: 10/09/2014.

LIMA, M. A., **A gestão da experiência de envelhecer em um programa para a terceira idade: a UnATI/UERJ**. Páginas 33 – 98. In: Velhice numa perspectiva de futuro saudável / Organização Renato Peixoto Veras – Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2001.

LOBATO, A. T. G., **Programa Ide ações de participação social e cidadania com idosos na UnATI/UERJ**. Páginas 35-61. In: TONI, VIEIRA e d'ALENCAR (Orgs.) *Memorialidades/ Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Ilhéus, BA: Editus, 2004. Semestral. Descrição baseada em: Ano 8, n. 15, (jan./jun. 2011).*

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva; OLIVEIRA, Flavia da Silva; SCORTEGAGNA, Paola Andressa. **Universidade Aberta para a Terceira Idade: A construção de saberes para um**

novo olhar sobre a velhice. Páginas: 101 – 136. In: TONI, VIEIRA e d'ALENCAR (Orgs.) Memorialidades/Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Ilhéus, BA: Editus, 2004. Semestral. Descrição baseada em: Ano 8, n. 15, (jan./jun. 2011).

PALMA, Lucia Terezinha S. **Educação Permanente e qualidade de vida**: indicativo para uma velhice bem-sucedida. Passo Fundo: Upf Editora, 2000 *apud* LOBATO, A. T. G., **Programa de ações de participação social e cidadania com idosos na UnATI/UERJ**. Páginas 35-61. In: TONI, VIEIRA e d'ALENCAR (Orgs.) Memorialidades/Universidade Estadual de Santa Cruz. Departamento de Filosofia e Ciências Humanas. Ilhéus, BA: Editus, 2004. Semestral. Descrição baseada em: Ano 8, n. 15, (jan./jun. 2011).

TEIXEIRA, S. M. **Envelhecimento e trabalho no tempo do capital**: implicações para a proteção social no Brasil / Solange Maria Teixeira. – São Paulo: Cortez, 2008.

VERAS, R. P. **A longevidade da população**: desafios e conquistas. In: Serviço Social e Sociedade, Velhice e Envelhecimento, Ano XXIV – n. 75 – setembro 2003, p.5-18.

VERAS, Renato; CALDAS, Célia. **UnATI – UERJ – 10 anos de um modelo de cuidado integral para a população que envelhece**. Rio de Janeiro: UERJ, UnATI, 2004.

World Health Organization. **Health statistics and information systems**, 2002.

_____. **Measuring Quality of Life**, 1997. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/media/en/68.pdf>. Acesso em: 23 maio, 2019.